

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	716.533.334
Preferenciais	1.433.066.666
Total	2.149.600.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	745.146	586.004
1.01	Ativo Circulante	237.376	59.132
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	198.373	31.108
1.01.03	Contas a Receber	23.819	19.396
1.01.03.01	Clientes	23.819	19.396
1.01.03.01.01	Contas a Receber	3.573	1.689
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	20.246	17.707
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.353	36
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.353	36
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.321	3.467
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.510	5.125
1.01.08.03	Outros	12.510	5.125
1.01.08.03.02	Outros Créditos	721	843
1.01.08.03.03	Contas a Receber com operações de derivativos	11.789	4.282
1.02	Ativo Não Circulante	507.770	526.872
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.085	6.949
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.085	6.949
1.02.01.09.03	Depositos Judiciais	7.085	6.949
1.02.03	Imobilizado	25.440	26.441
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.988	25.136
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.452	1.305
1.02.04	Intangível	475.245	493.482
1.02.04.01	Intangíveis	475.245	493.482
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	475.245	493.482

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	745.146	586.004
2.01	Passivo Circulante	183.130	98.438
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.398	5.069
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.398	5.069
2.01.02	Fornecedores	8.644	10.003
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.644	10.003
2.01.03	Obrigações Fiscais	47.557	16.327
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	47.557	16.327
2.01.03.01.04	Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais a recolher	47.557	16.327
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	65.819	33.421
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.103	2.144
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.313	1.178
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	790	966
2.01.04.02	Debêntures	63.716	31.277
2.01.05	Outras Obrigações	18.366	17.219
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.349	8.146
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	9.349	8.146
2.01.05.02	Outros	9.017	9.073
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	7.011	7.631
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	2.006	1.442
2.01.06	Provisões	35.346	16.399
2.01.06.02	Outras Provisões	35.346	16.399
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	35.346	16.399
2.02	Passivo Não Circulante	288.734	324.787
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	236.067	256.929
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	93.564	86.086
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	546	818
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	93.018	85.268
2.02.01.02	Debêntures	142.503	170.843
2.02.03	Tributos Diferidos	24.455	27.876
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24.455	27.876
2.02.04	Provisões	28.212	39.982
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.443	718
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	191	191
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.252	527
2.02.04.02	Outras Provisões	24.769	39.264
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	24.769	39.264
2.03	Patrimônio Líquido	273.282	162.779
2.03.01	Capital Social Realizado	109.400	109.400
2.03.04	Reservas de Lucros	23.941	53.379
2.03.04.01	Reserva Legal	21.589	21.589
2.03.04.02	Reserva Estatutária	2.352	2.352
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	29.438
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	139.941	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	137.084	373.671	110.494	325.023
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-43.152	-113.149	-38.883	-103.392
3.02.01	Custo de Construção	-8.990	-11.337	-551	-4.255
3.02.02	Provisão de Manutenção	-5.841	-17.717	-14.376	-26.614
3.02.03	Depreciação e amortização	-11.037	-33.519	-8.125	-29.164
3.02.04	Custos e obrigações com o poder concedente	-2.427	-7.185	-2.318	-6.948
3.02.05	Serviços	-5.810	-16.283	-5.479	-12.349
3.02.06	Custo com pessoal	-6.479	-19.771	-6.047	-17.749
3.02.07	Materiais, equipamentos e veiculos	-1.783	-5.317	-1.372	-4.571
3.02.08	Outros	-785	-2.020	-615	-1.742
3.03	Resultado Bruto	93.932	260.522	71.611	221.631
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.193	-27.542	-7.195	-21.060
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.565	-27.008	-7.145	-21.175
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	137	305	4	426
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-765	-839	-54	-311
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	84.739	232.980	64.416	200.571
3.06	Resultado Financeiro	-5.284	-20.860	-7.267	-20.532
3.06.01	Receitas Financeiras	2.486	33.629	1.944	6.535
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.770	-54.489	-9.211	-27.067
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	79.455	212.120	57.149	180.039
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-27.025	-72.179	-19.172	-61.160
3.08.01	Corrente	-28.121	-75.600	-21.358	-62.859
3.08.02	Diferido	1.096	3.421	2.186	1.699
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	52.430	139.941	37.977	118.879
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	52.430	139.941	37.977	118.879
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02287	0,06103	0,01660	0,05180

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.99.01.02	PN	0,02515	0,06714	0,01820	0,05700
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,02287	0,06103	0,01660	0,05180
3.99.02.02	PN	0,02515	0,06714	0,01820	0,05700

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	52.430	139.941	37.977	118.879
4.03	Resultado Abrangente do Período	52.430	139.941	37.977	118.879

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	228.885	154.728
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	218.276	201.353
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	139.941	118.879
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-3.421	-1.699
6.01.01.03	Depreciação e amortização	33.920	29.688
6.01.01.04	Resultado na baixa do ativo imobilizado e intangível	840	289
6.01.01.05	Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	7.093	0
6.01.01.06	Juros e variações monetárias s/ debêntures, emprest., financ. e arrend. mercantil	17.169	21.112
6.01.01.07	Capitalização de custos de empréstimos	-154	-600
6.01.01.08	Constituição (reversão) da provisão para riscos	2.725	802
6.01.01.09	Constituição (reversão) da provisão para devedores duvidosos	0	-6
6.01.01.10	Provisão de manutenção	17.717	26.612
6.01.01.11	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	5.865	6.276
6.01.01.14	Resultado de operações com derivativos	-3.419	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10.609	-46.625
6.01.02.01	Contas a receber	-1.884	-295
6.01.02.02	Partes relacionadas	-2.539	-768
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.317	-292
6.01.02.04	Despesas antecipadas	2.146	990
6.01.02.05	Outras contas a receber	-14	174
6.01.02.06	Fornecedores	-1.359	-1.001
6.01.02.07	Partes Relacionadas	1.203	-3.399
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	2.329	587
6.01.02.09	Imposto e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e cont. social	75.644	1.319
6.01.02.10	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-44.414	0
6.01.02.11	Liquidação provisão riscos	0	-865
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-19.130	-44.383
6.01.02.14	Outras contas a pagar	564	307
6.01.02.15	Obrigações com o poder concedente	-620	1.001
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15.368	-9.257
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-4.019	-4.971
6.02.02	Adição ao ativo intangível	-11.349	-4.286
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-46.252	-98.571
6.03.02	Emprést, financ, debênt e arrend mercantil - pagamento de principal	-1.524	-1.552
6.03.03	Emprést, financ, debênt e arrend mercantil - pagamento de juros	-12.466	-27.019
6.03.07	Dividendos pagos	-29.438	-70.000
6.03.08	Liquidações das operações com derivativos	-2.824	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	167.265	46.900
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	31.108	44.138
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	198.373	91.038

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	109.400	0	53.379	0	0	162.779
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	109.400	0	53.379	0	0	162.779
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-29.438	0	0	-29.438
5.04.06	Dividendos	0	0	-29.438	0	0	-29.438
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	139.941	0	139.941
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	139.941	0	139.941
5.07	Saldos Finais	109.400	0	23.941	139.941	0	273.282

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	107.480	0	141.494	0	0	248.974
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.480	0	141.494	0	0	248.974
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-70.000	0	0	-70.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-35.986	0	0	-35.986
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-34.014	0	0	-34.014
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	118.879	0	118.879
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	118.879	0	118.879
5.07	Saldos Finais	107.480	0	71.494	118.879	0	297.853

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	408.242	355.606
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	400.083	348.629
7.01.02	Outras Receitas	8.159	6.977
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-79.842	-69.535
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-30.195	-25.092
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.593	-13.574
7.02.04	Outros	-29.054	-30.869
7.02.04.01	Provisão de manutenção	-17.717	-26.614
7.02.04.02	Custos de Construção	-11.337	-4.255
7.03	Valor Adicionado Bruto	328.400	286.071
7.04	Retenções	-33.920	-29.688
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.920	-29.688
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	294.480	256.383
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	33.629	6.535
7.06.02	Receitas Financeiras	33.629	6.535
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	328.109	262.918
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	328.109	262.918
7.08.01	Pessoal	23.346	21.932
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.179	15.388
7.08.01.02	Benefícios	5.878	5.418
7.08.01.03	F.G.T.S.	926	887
7.08.01.04	Outros	363	239
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	110.179	94.605
7.08.02.01	Federais	90.216	76.943
7.08.02.02	Estaduais	83	87
7.08.02.03	Municipais	19.880	17.575
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	54.643	27.502
7.08.03.01	Juros	54.171	27.011
7.08.03.02	Aluguéis	472	491
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	139.941	118.879
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	139.941	118.879

Comentário do Desempenho

Comentário do Desempenho

Volume de tráfego

Mês	COMERCIAL			PASSEIO			TOTAL		
	2011	2012	%	2011	2012	%	2011	2012	%
JUL	5.131.032	5.365.930	4,58%	1.334.835	1.439.021	7,81%	6.465.867	6.804.951	5,24%
AGO	5.243.584	6.162.476	17,52%	1.142.275	1.240.663	8,61%	6.385.859	7.403.139	15,93%
SET	5.012.914	5.846.785	16,63%	1.222.429	1.404.139	14,86%	6.235.343	7.250.924	16,29%
TOTAL	15.387.530	17.375.191	12,92%	3.699.539	4.083.822	10,39%	19.087.069	21.459.013	12,43%

Avaliação – Variação de Tráfego (real 2012/2011)

Nosso resultado no trimestre teve um incremento de 12,43% no tráfego de veículos, o aumento se justifica por dois fatores principais: uma grande movimentação de fertilizantes que estava represado no Porto de Paranaguá nos meses anteriores e ao escoamento da safra recorde de milho e ainda ao bom desempenho no tráfego de passeio nos feriados prolongados, aumentando a participação da categoria.

Demonstração do Resultado

- **Receitas**

	Receita Bruta		
	3T - 2011	3T - 2012	%
Pedágio	118.052	137.819	16,74%
Construção	552	8.990	1528,62%
Acessórias	2.332	2.465	5,70%
Total	120.936	149.274	23,43%

Pedágio - O acréscimo nas receitas de pedágio deve-se principalmente ao aumento do tráfego pedagiado, já comentado, além do reajuste das tarifas de pedágio de 4,53% em 1º de dezembro de 2011.

Construção - O valor de receita de construção deve-se ao início das obras de duplicação da BR277, região de Campo Largo, cronograma de investimentos aprovados pelo Poder Concedente.

Comentário do Desempenho

- **Deduções da Receita (Tributos e Descontos Concedidos)**

	Deduções da Receita		
	3T - 2011	3T - 2012	%
Tributos	10.386	12.126	16,75%
Descontos Concedidos	56	64	14,29%
Total	10.442	12.190	16,74%

Os Tributos acompanham a variação de Receita.

- **Custos e Despesas Operacionais**

	Custos e Despesas Operacionais		
	3T - 2011	3T - 2012	%
Custos	38.883	43.152	10,98%
Despesas	7.145	8.565	19,87%
Total	46.028	51.717	12,36%

Custos e Despesas – a variação ocorrida deve-se ao aumento do custo de construção decorrente do início das obras de duplicação da BR277, cumprindo o cronograma de investimentos aprovado pelo Poder Concedente.

- **Depreciação e Amortização**

	Depreciação e Amortização		
	3T - 2011	3T - 2012	%
Total	8.289	11.248	35,70%

A variação verificada deve-se ao aumento dos investimentos contratuais executados

Comentário do Desempenho

- **Resultado Financeiro Líquido**

Resultado Financeiro			
	3T - 2011	3T - 2012	%
Total	-7.267	-5.284	- 27,29%

A variação do resultado financeiro reflete um aumento das receitas financeiras devido ao aumento do saldo de caixa médio e a diminuição das despesas financeiras devido a amortização dos saldos devedores e a queda das taxas de juros (CDI).

- **Investimentos**

A Concessionária segue cumprindo rigorosamente cronograma de Investimentos do Programa de Concessão, com destaque ao início das obras de Duplicação na BR277 na região de Campo Largo conforme pactuado com o Poder Concedente.

As informações financeiras trimestrais (ITR) da RodoNorte Concessionária Rodovias Integradas S.A. aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

* * *

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais findas em 30 de setembro de 2012

Os saldos apresentados em Reais nestas informações do período foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

a. Constituição e objeto

A RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (Companhia) foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objetivo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração do lote n.º 5 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, com um total de 567,8 quilômetros, mediante cobrança de pedágio, inclusive prestando serviços de socorro médico, serviços de guincho e reboque de veículos, serviços de informação ao usuário e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, durante o prazo de 24 anos, ou seja, até 21 de novembro de 2021.

O lote n.º 5 é constituído pelas rodovias: (i) BR-376, entre Apucarana e São Luís do Purunã, passando por Ponta Grossa; (ii) BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; (iii) PR-151, entre Jaguaíva e Ponta Grossa; e (iv) pelos trechos rodoviários de acessos àquelas rodovias.

O contrato de concessão do lote, não oneroso, prevê a obrigação de realização de investimentos.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 24 de junho de 1998, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de dezembro.

Neste trimestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 e as Informações Trimestrais (ITR) de 31 de março de 2012 e 30 de junho de 2012, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b. Discussões em juízo com o Poder Concedente

i. Redução unilateral de tarifa de pedágio

Em 20 de julho de 1998, o Governo do Paraná reduziu unilateralmente a tarifa de pedágio de todas as concessionárias paranaenses. No caso da Companhia, a redução foi de 50% (cinquenta por cento). Contra essa medida, foi proposta uma ação judicial, em 13 de agosto de 1998, a qual foi encerrada por acordo, homologado judicialmente em 24 de março de 2000.

O Ministério Público Federal recorreu visando: (a) à anulação do acordo, pela ausência de participação do Ministério Público na definição do acordo; ou (b) à redução da tarifa em 50%. Os pedidos do Ministério Público não foram acatados e o processo foi julgado

Notas Explicativas

definitivamente, sem resolução de mérito. As tarifas de pedágio continuam sendo cobradas com base no acordo.

ii. Anulação de Aditivos ao Contrato de Concessão (2000 e 2002)

A ação visa à anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o contrato. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa (item “i”). Tendo ocorrido tal julgamento, a ação retomou seu andamento e encontra-se em fase de instrução.

iii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Companhia, nos termos da legislação e contrato de concessão. Essa medida é admissível, mas pressupõe respeito ao devido processo legal e pagamento prévio de indenização dos investimentos, multas por rescisões contratuais e lucros cessantes.

A Companhia propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. A ação principal encontra-se arquivada provisoriamente até julgamento de todos os recursos interpostos.

iv. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da Companhia. Em razão disso, os acionistas e a Companhia ajuizaram ação em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, medida liminar suspendeu a eficácia do referido Decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (STJ em 5 de maio de 2004; Pleno do STJ em 6 de maio de 2004; e Corte Especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o Decreto nº 2.462/04.

v. Reajustes tarifários de 2003 a 2010

Desde o ano de 2003, a Companhia vem encontrando dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro; tendo sido necessário o ajuizamento de ação para garantir esse direito.

Todos os reajustes tarifários foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 e 2004

Notas Explicativas

estão em fase de instrução; as de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 tiveram sentenças favoráveis à Companhia, com recurso da parte contrária pendente de julgamento e a de 2010, teve liminar deferida favoravelmente à Companhia, estando em fase inicial.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a Companhia pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

vi. Ação Civil Pública – pavimento

O Ministério Público de Ponta Grossa ajuizou Ação Civil Pública em 27 de janeiro de 2006, em face da Companhia, por supostas irregularidades de pavimento no trecho entre os km 288 e 476, da BR-376, que desatenderiam ao índice de IGG (Índice de Gravidade Global). A Companhia contestou a ação, demonstrando o cumprimento do cronograma de restauração do pavimento. Concedida a liminar requerida pelo MP, a Companhia iniciou a realização antecipada, no trecho questionado, de obras previstas no contrato de concessão, enquanto pendente o recurso contra essa decisão. Em audiência de 6 de maio de 2008, as partes pactuaram a suspensão da eventual incidência de multa, mediante novo cronograma de obras.

vii. Procedimentos administrativos

O DER/PR expediu Autos de Infração contra a Companhia, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A Companhia se defendeu alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos.

O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R\$16.000. A Companhia ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu outro processo administrativo para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão. A Companhia ingressou com ação judicial alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas.

viii. Lei de Isenção

Em 15 de agosto de 2007, foi editada a Lei Estadual nº 15.607, regulamentada pelo Decreto nº 1.352, de 21 de agosto de 2007, assegurando a isenção do pagamento de tarifa de pedágio a todos os veículos pertencentes aos moradores de municípios onde estejam localizadas praças de pedágio no Estado do Paraná.

As Concessionárias do Estado impetraram Mandado de Segurança conjunto, tendo sido concedida liminar em 31 de agosto de 2007, para sustar os efeitos dos referidos atos. O governo recorreu da concessão de liminar, mas não obteve êxito. A ação foi julgada, favoravelmente, à Companhia em 26/03/2009. O governo recorreu da sentença, mas o recurso foi rejeitado em 19/06/2009. Aguardando publicação do acórdão.

ix. Lei de Isenção – motocicletas

Em 10 de dezembro de 2007, foi editada a Lei Estadual nº 15.722, assegurando a isenção do pagamento de tarifa de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná às motocicletas e veículos similares.

Notas Explicativas

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, tendo sido concedida liminar em 27 de dezembro de 2007 para sustar os efeitos dos referidos atos. O governo recorreu da decisão de concessão de liminar, mas não obteve êxito. Em 26 de março de 2009, foi proferida sentença concedendo a segurança e confirmando a liminar deferida. Em 25 de maio de 2009, a sentença transitou em julgado e o processo foi encerrado.

x. Redução de tarifa - receita maior

O DER propôs ação civil pública em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Companhia auferiu receitas alternativa e financeira superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que foi interposto recurso pela Concessionária, ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Em 27 de novembro de 2008, a ação entrou em fase de instrução.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram o seu entendimento sobre os procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As Informações trimestrais da Companhia não contemplam nenhum ajuste decorrente dos processos acima descritos, tendo em vista que até a presente data não houve nenhum desfecho desfavorável para nenhum deles.

2. Apresentação das Informações Trimestrais (ITR)

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Em 26 de outubro de 2012 foi aprovada pela Administração da Companhia a conclusão destas informações trimestrais (ITR).

Reclassificação

A Companhia passou a apresentar pelos valores líquidos, os ativos e passivos relativos à IRPJ e CSLL diferidos pertencentes à mesma entidade tributável. O efeito dessa reclassificação entre ativo não circulante e passivo não circulante sobre os saldos de 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 111.562.

Notas Explicativas

3. Principais políticas e práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

4. Determinação dos valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos	2.398	2.179
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	195.975	28.929
	<u>198.373</u>	<u>31.108</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,12% do CDI, equivalente a 8,85% ao ano (11,50% ao ano em 31 de dezembro de 2011).

7. Contas a receber

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	682	27
Pedágio eletrônico – outros (b)	2.891	1.662
	<u>3.573</u>	<u>1.689</u>
Não Circulante		
Receitas acessórias	2.118	2.118
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (c)	<u>(2.118)</u>	<u>(2.118)</u>
	-	-

Notas Explicativas**Idade de Vencimentos dos Títulos**

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Créditos a Vencer	3.542	1.667
Créditos vencidos até 60 dias	31	22
	<u>3.573</u>	<u>1.689</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes, basicamente, de operações com cartões de crédito e vale pedágio;
- (c) Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias , com base no histórico de perda da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social**a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	212.120	180.039
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>(72.121)</u>	<u>(61.213)</u>
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas com brindes e associações de classe	(203)	(335)
Despesas indedutíveis	(77)	-
Incentivo relativo ao imposto de renda	496	706
Outros ajustes tributários	(11)	27
Provisão para participação nos resultados (PLR)	<u>(263)</u>	<u>(344)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(72.179)</u>	<u>(61.160)</u>
Impostos correntes	(75.600)	(62.859)
Impostos diferidos	3.421	1.699
	<u>(72.179)</u>	<u>(61.160)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Bases ativas		
Constituição da provisão de manutenção (c)	20.439	18.925
Custo da transação na emissão de títulos	88	61
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	9.830	10.317
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b)	52.492	52.747
Depreciação e juros sobre leasing	366	0
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	1.153	227
Provisão para devedores duvidosos	720	720
Provisão para participação nos resultados (PLR)	475	428
Valor justo das operações de hedge	2.677	88
Variação Cambial	1	173
	<u>88.241</u>	<u>83.686</u>
Bases passivas		
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(8.783)	(9.407)
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(99.122)	(99.921)
Resultado com operações de derivativos	(3.979)	(1.544)
Pagamentos de juros e principal leasing	(511)	(252)
Valor justo	(2.713)	(438)
Variação cambial	2.412	-
	<u>(112.696)</u>	<u>(111.562)</u>
Passivo Diferido Líquido	<u>(24.455)</u>	<u>(27.876)</u>

- (a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (b) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “c”, conforme práticas contábeis – Lei 11.638/07
- (d) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, no termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07;

Notas Explicativas

9. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Saldos		
	Serviços Prestados	Ativo	Passivo
			Conta a receber
Autoban	0	1	0
CCR (b)	4.112	0	427
CPC (d)	4.418	0	469
Ponte (f)	0	1	0
STP / CGMP / SGMP (c)	0	20.244	0
Andrade Gutierrez Concessões	0	0	3.092
Camargo Corrêa S.A. (a)	0	0	1.142
Cesbe (e)	0	0	97
J.Malucelli (a)	0	0	4.122
Total, 30 de setembro de 2012	8.530	20.246	9.349
Total, 31 de dezembro de 2011	10.765	17.707	8.146
Total, 30 de setembro de 2011	10.322	14.342	8.151

O quadro abaixo demonstra os saldos a pagar dos profissionais chave:

	30/09/2012	31/12/2011
Profissionais Chave		
Remuneração dos administradores (g)	1.886	838

- (a) Contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias;
- (b) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;
- (c) Valores de tarifa de pedágio cobrado de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados para as companhia no período subsequente;
- (d) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;
- (e) Refere-se a pagamento de dividendos;
- (f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;

Notas Explicativas

- (g) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária.

a. Despesas com profissionais chave da administração

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Remuneração:		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	812	822
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	1.109	1.454
Previdência privada	25	26
Seguro de vida	4	3
	<u>1.950</u>	<u>2.305</u>

10. Ativo Imobilizado

		<u>30/09/2012</u>			<u>31/12/2011</u>		
	Taxa média anual de depreciação %	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Sistemas operacionais	12	26.732	(13.281)	13.451	25.620	(11.520)	14.100
Imobilizações em andamento		2.452	-	2.452	1.305	-	1.305
Móveis e utensílios	11	2.177	(1.136)	1.041	1.936	(1.074)	862
Máquinas e equipamentos	15	8.082	(4.737)	3.345	7.980	(4.316)	3.664
Veículos	22	12.244	(7.093)	5.151	12.873	(6.363)	6.510
		<u>51.687</u>	<u>(26.247)</u>	<u>25.440</u>	<u>49.714</u>	<u>(23.273)</u>	<u>26.441</u>

Notas Explicativas**Movimentação do custo**

	01/01/2012		30/09/2012			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Ressarcimento de verba PRF(b)	Saldo final
Imobilizações em andamento	1.305	4.987	-	(3.839)		2.452
Máquinas e equipamentos	7.980	-	(224)	326		8.082
Móveis e utensílios	1.936	-	(76)	317		2.177
Sistemas operacionais	25.620	-	(338)	1.449		26.732
Veículos	12.873	-	(1.265)	1.548	(912)	12.244
	<u>49.714</u>	<u>4.987</u>	<u>(1.903)</u>	<u>(199)</u>	<u>(912)</u>	<u>51.687</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Refere-se a obrigações contratuais conforme contrato de concessão, Convênio nº081/2010.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescentados aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 56 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 (R\$ 308 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011).

Movimentação da depreciação

	01/01/2012		30/09/2012	
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final
Sistemas operacionais	(11.520)	(2.023)	262	(13.281)
Veículos	(6.363)	(1.256)	526	(7.093)
Máquinas e equipamentos	(4.316)	(632)	211	(4.737)
Móveis e utensílios	(1.074)	(126)	64	(1.136)
	<u>(23.273)</u>	<u>(4.037)</u>	<u>1.063</u>	<u>(26.247)</u>

Notas Explicativas**11. Ativos Intangíveis**

	Taxa média anual de amortização %	30/09/2012			31/12/2011		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	725.512	(251.996)	473.516	714.067	(222.521)	491.546
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	5.106	(3.682)	1.424	4.905	(3.442)	1.463
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	1.086	(781)	305	1.086	(613)	473
		<u>731.704</u>	<u>(256.459)</u>	<u>475.245</u>	<u>720.058</u>	<u>(226.576)</u>	<u>493.482</u>

(*) Amortização pela curva do benefício econômico.

Movimentação do custo

	31/12/2011		30/09/2012	
	Saldo Inicial	Adições	Transferências(a)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	714.067	11.447	(2)	725.512
Direitos de uso de sistemas informatizados	4.905	-	201	5.106
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.086	-	-	1.086
	<u>720.058</u>	<u>11.447</u>	<u>199</u>	<u>731.704</u>

Notas Explicativas**Movimentação da amortização**

	31/12/2011	30/09/2012	
	Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	(222.521)	(29.475)	(251.996)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(3.442)	(240)	(3.682)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(613)	(168)	(781)
	<u>(226.576)</u>	<u>(29.883)</u>	<u>(256.459)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;
- (b) Do montante de R\$ 725.513 em 30 de setembro de 2012, R\$ 10.654 referem-se a intangível em fase de construção e não disponibilizado aos usuários. A principal obra de melhoria, em andamento em 30 de setembro de 2012, refere-se ao projeto executivo de duplicação do km 113,8 a0 km 121,5 na BR-277.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 98 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 (R\$ 292 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011). A taxa média mensal de capitalização no período de nove de 2012 foi de 0,168% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,85% a.m. no período de nove meses de 2011.

Notas Explicativas

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Vencimento final	30/09/2012	31/12/2011
Diversos (Finame) (b)	TJLP + 1%	Outubro de 2014	1.247	2.233
Banco Alfa S.A. (Arrend. Mercantil) (a)	CDI + 1,5%	Setembro de 2013	612	1.100
Subtotal em moeda nacional			<u>1.859</u>	<u>3.333</u>
Merrill Lynch (c)	US\$ + 2,1542%	Novembro de 2013	93.808	84.897
Subtotal em moeda estrangeira			<u>93.808</u>	<u>84.897</u>
			<u>95.667</u>	<u>88.230</u>
Circulante				
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro			2.103	2.144
			<u>2.103</u>	<u>2.144</u>
Não Circulante				
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro			93.564	86.086
			<u>95.667</u>	<u>88.230</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.
- (b) Alternativamente poderá ser utilizada a ABR Prime, conforme previsão contratual.
- (c) Por entender ser informação mais relevante, dado que as operações estão integralmente protegidas por contratos de swap, a Companhia decidiu mensurar estas operações ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 19)

Notas Explicativas**Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	30/09/2012
2013	93.197
2014	367
	<u>93.564</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

13. Debêntures e notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Custo efetivo	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	30/09/201 2	31/12/20 11
2a Emissão - Série única	115,50% do CDI	0,2025%(b) (b)	1.645	673	Novembro de 2015	206.219	202.120 (a)
						<u>206.219</u>	<u>202.120</u>
						30/09/201	31/12/20
Circulante							
Debêntures e notas						64.052	31.675
Custos de transação						(336)	(398)
						<u>63.716</u>	<u>31.277</u>
Não Circulante							
Debêntures						142.840	171.420
Custos de transação						(337)	(577)
						<u>142.503</u>	<u>170.843</u>

(a) Não existem garantias

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação

Notas Explicativas

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/09/2012
2013	28.580
2014	57.160
2015	57.100
	<u>142.840</u>
	<u><u>142.840</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

14. Obrigações fiscais

a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher

	30/09/2012	31/12/2011
IRPJ e CSLL	37.430	6.261
ISS	2.491	2.242
COFINS	6.911	6.770
IRRF	46	49
PIS, COFINS e CSLL retidos	141	130
PIS	309	278
INSS retido	229	597
	<u>47.557</u>	<u>16.327</u>
	<u><u>47.557</u></u>	<u><u>16.327</u></u>

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia e parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Notas Explicativas

	31/12/2011	30/09/2012	
	Saldo inicial	Constituição/reversão de provisão	Saldo final
Não circulante			
Cíveis e administrativos	362	2.838	3.200
Trabalhistas e previdenciárias	165	(113)	52
Tributárias	191	-	191
	<u>718</u>	<u>2.725</u>	<u>3.443</u>

A Companhia e suas investidas possuem outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	30/09/2012	31/12/2011
Cíveis e Administrativo	66.030	51.233
Trabalhistas	742	470
Tributárias	3.259	3128
	<u>70.031</u>	<u>54.831</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais no montante de R\$ 461 para os processos em andamento.

16. Provisão de manutenção

	31/12/2011	30/09/2012				Saldo final
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Transferências	
Circulante	16.399	9.986	4.368	(19.130)	23.723	35.346
Não circulante	39.264	7.731	1.497	-	(23.723)	24.769

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir

- Projetos com início de provisão até 2009: 14,75% a.a.

Notas Explicativas

- Projetos com início de provisão em 2010: 12,34% a.a.
- Projetos com início de provisão em 2011: 12,62% a.a

17. Resultado financeiro

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, e arrendamentos mercantis	(17.169)	(21.112)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(15.657)	-
Perda com operações de derivativos	(7.107)	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(5.865)	(6.274)
Capitalização de custos dos empréstimos	154	600
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	(8.130)	-
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(715)	(281)
	<u>(54.489)</u>	<u>(27.067)</u>
Receitas Financeiras		
Variação cambial sobre empréstimo, financiamentos	8.564	-
Ganho com operações de derivativos	11.790	-
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	6.866	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	6.405	4.567
Juros e outras receitas financeiras	4	1.968
	<u>33.629</u>	<u>6.535</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(20.860)</u>	<u>(20.532)</u>

18. Receitas

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Receitas de pedágio	388.746	344.374
Receitas de construção (ICPC 01)	11.337	4.255
Receitas acessórias	8.159	6.977
Receita bruta	<u>408.242</u>	<u>355.606</u>
Impostos sobre receitas	(34.365)	(30.400)
Devoluções e abatimentos	(206)	(183)
Deduções das receitas brutas	<u>(34.571)</u>	<u>(30.583)</u>
Receita líquida	<u>373.671</u>	<u>325.023</u>

Notas Explicativas

19. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas ITR da Companhia conforme o quadro a seguir:

	30/09/2012			31/12/2011		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	195.975	-	-	28.929	-	-
Contas a receber	-	3.573	-	-	1.689	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	20.246	-	-	17.707	-
Contas a receber com operações de derivativos	11.789	-	-	-	4.282	-
Passivos						
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	(612)	-	-	(1.100)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(1.246)	-	-	(2.233)
Empréstimos em moeda estrangeira	(93.808)	-	-	(84.897)	-	-
Debêntures e notas promissórias	-	-	(206.219)	-	-	(202.120)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(17.661)	-	-	(11.445)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(9.349)	-	-	(8.146)
Contas a pagar com operações de derivativos	1	-	-	-	-	-
	113.957	23.819	(235.087)	(55.968)	25.857	(225.044)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Empréstimos mensurados ao valor justo por meio do resultado** - A Companhia contratou operação em moeda estrangeira (dólar norte-americano), sendo que na mesma data da contratação foi firmado contrato de swap trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior, por 101% do CDI. A Administração da Companhia entendeu que a mensuração dessa dívida pelo valor justo (fair value option), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

- **Empréstimos e debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:
- **Financiamentos** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos.

	30/09/2012		31/12/2011	
	Valor contábil (*)	Valor justo	Valor contábil (*)	Valor justo
Debêntures e notas promissórias	206.892	210.617	202.120	209.749

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	30/09/2012	31/12/2011
Aplicações financeiras e conta reserva	195.975	28.929
Derivativos a receber e a pagar	11.789	-
Empréstimos em moeda estrangeira	(93.808)	(84.897)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de hedge e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contrataram operações com derivativos, visando proteger a totalidade dos fluxos de caixa de seus endividamentos em moeda estrangeira.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Notas Explicativas

Segue abaixo, quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados:

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento (Valor de Referência)	Valores de Referência (Nacional) (4)		Valor Justo		Valores Brutos Líquidos		Resultado Acumulado		Resultado	
			Moeda Estrangeira	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local - Recebidos (Pos)	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local
			30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
SWAP												
Rodonorte												
Posição Ativa	Merrill Lynch	14/11/2011	45.819	-	94.286	-	-	-	-	-	-	-
Posição Passiva		14/11/2013 USD + Libor + 1,5% a.a	-	-	(82.497)	-	(2.826)	-	-	-	(2.826)	-
		101% de CDI	-	-	11.789	-	(2.826)	-	-	-	(2.826)	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/09/12												
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O ANO DE 2011 E NO 1º SEMESTRE DE 2012												
TOTAL DAS OPERAÇÕES												

Notas Explicativas

- (1) Refere-se ao valor base do primeiro vencimento em uma série com vários vencimentos, ou o valor base de um vencimento único.

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas informações trimestrais, sendo que para os cenários A e B, as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial no fechamento dessas informações trimestrais (R\$ x USD = 2,0306). Como os valores já estão registrados, não há efeitos adicionais no resultado para esse cenário.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$	Risco	Rodonorte - Efeito em R\$ no resultado	
				Cenário A 25%	Cenário B 50%
4131 em USD	Novembro de 2013	93.830	Aumento da cotação do USD	(23.457)	(46.915)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Novembro de 2013	(94.131)	Diminuição da cotação do USD	23.533	47.065
			Efeito de Ganho ou (Perda)	76	150
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				76	150

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2013 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (3)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Novembro de 2015	206.892	(17.612)	(22.044)	(26.487)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Novembro de 2013	93.829	(6.105)	(7.631)	(9.158)
Efeito líquido				<u>(23.717)</u>	<u>(29.675)</u>	<u>(35.645)</u>
As taxas de juros consideradas						
	CDI (2)			7,36%	9,20%	11,04%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (02) a (03) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 28/09/2012, divulgada pela CETIP;
- (3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação;

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro acima, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Empréstimos do BNDES e Finames), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

20. Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2012, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade Civil – R\$ 15.000;
- Riscos de Engenharia – Conservação e Manutenção – R\$ 20.000;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – R\$ 25.000;
- Perda de Receita – R\$ 41.321.
- Cobertura para veículos – para danos Danos materiais de R\$ 45.500 (R\$ 500 por veículos). Danos morais de R\$ 9.100 (R\$ 100 por veículos) para equipamentos R\$ 2.800 (R\$ 31 por veículo).

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 329.274, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

Notas Explicativas

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 30 de setembro de 2012 esses compromissos estavam estimados em R\$ 1.199.276,71 (um milhão, cento e noventa e nove mil, duzentos e setenta e seis reais, setenta e um centavos).

Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura e, conseqüentemente, geração de receitas adicionais para as concessionárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.
Ponta Grossa - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos naquela data e da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias.

Revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2011 e auditoria das informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As informações e os valores correspondentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 08 de novembro de 2011, o qual não conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 26 de outubro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 109447/O-6

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas da ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2012.

Ponta Grossa, 26 de outubro 2012.

SILVIO ROGÉRIO MARCHIORI
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

JOSÉ ALBERTO MORAES REGO DE SOUZA MOITA
Diretor Operacional

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2012.

Ponta Grossa, 26 de outubro 2012.

SILVIO ROGÉRIO MARCHIORI
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

JOSÉ ALBERTO MORAES REGO DE SOUZA MOITA
Diretor Operacional